



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - POPULAÇÕES INDÍGENAS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS**

SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, 3º andar, sala 306 - CEP 70050-900 - Brasília-DF
Tel. (61) 3105-6056 - Fax: (61) 3105-6121 - 6ccr@mpf.mp.br

OFÍCIO n° 257/2018/6ªCCR/MPF

Brasília, 18 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor

EMMANUEL ZAGURY TOURINHO

Presidente

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES
Setor Comercial Sul (SCS) Quadra 01, Bloco K, n° 30, salas 801, 802, 803 e 804

Edifício Denasa

CEP: 70398-900 - Brasília/DF

Assunto: Solicita informações sobre o PROLIND

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informo que no dia 12 de abril de 2018 foi realizada reunião na 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, entre lideranças indígenas, órgãos da educação e integrantes do GT Educação Indígena, sobre os programas PROLIND e "Saberes Indígenas na Escola", conforme ata anexa.

2. Diante das preocupações ali relatadas, solicitamos que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se sobre o teor do documento e sobre o ofício encaminhado pela SECADI n°32/2017/DPECIRER/SECADI, informando especificamente sobre os seguintes pontos:

(i) se promoveu estudos para subsidiar o cálculo de custo por aluno dos cursos financiados por meio do PROLIND, indicando-os em caso de resposta afirmativa;

(ii) se adotou medidas para atender às recomendações da SECADI, de modo que as IFES regulamentem por atos de seus conselhos os cursos de formação de professores indígenas, registrem os estudantes desses cursos para efeitos de censo do INEP e indiquem os custos por aluno na matriz da ANDIFES; e

(iii) em caso de resposta afirmativa ao item anterior, especifique as medidas adotadas.

Atenciosamente,

CARLOS HUMBERTO PROLA JUNIOR

Procurador da República

Coordenador do GT- Educação Indígena



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

MEMÓRIA DE REUNIÃO DO GT EDUCAÇÃO INDÍGENA

Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dezoito, a partir das dez horas, reuniram-se na sala de reuniões da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na sede da Procuradoria Geral da República – Brasília-DF, o Procurador da República e Coordenador do GT-Educação, Dr. Carlos Humberto Prola Júnior; o Procurador da República Dr. José Gladston Viana Correia; O Procurador da República Fernando Merloto Soave; Professora Teodora de Souza; Professor Gersem Boniwa; representantes da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI; representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, conforme lista de presença anexa. Secretariaram a reunião as servidoras Raissa Martins Pinheiro e Mirvania Monteiro Anacleto Martins.

Feitas as apresentações foram objeto de discussão os seguintes assuntos:

O professor Gersem relata preocupação com a formação de professores indígenas. Existem dois problemas concretos: 1) Os projetos não foram institucionalizados nas universidades. 2) Orçamentário: Problema com a liberação dos recursos voltados para os projetos da educação indígena, que muitas vezes somente são liberados próximo ao final do ano. O professor ressalta que os cursos de educação indígena têm custo superior e metodologia diferenciada.

A Sra. Lucia, representante da SECADI, informa que já tentaram abrir canal de diálogo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES para institucionalizar os cursos e para identificar quais Universidades receberiam recursos do PROLIND, mas não obtiveram retorno. Os procuradores solicitaram os ofícios que foram encaminhados pela SECADI à SESU e aos reitores que recebem recursos do PROLIND.

A Sra. Izabel, representante da CAPES, explica que o objetivo ao final de um ciclo de programas é que eles sejam institucionalizados pelas IES. Mas relata que há um problema com a gestão do recurso. Em sua experiência, eles repassavam o recursos às Universidades, por meio de descentralização ou convênio e que ao final do exercício o recurso estava parado, não havia sido utilizado e era devolvido. Para que não haja corte de recursos, seria necessário que os recursos fossem executados na ponta. Izabel entende que o problema é maior na gestão do recurso, do que com a falta dele. Reforça que as questões de gestão orçamentária precisam ser superadas. Sugere diálogo não só com ANDIFES, mas também com ABRUC e ABRUEM. A Sra Izabel também relata outro problema: a dificuldade de acesso aos professores para cadastrá-los aos programas, pois alguns não possuem nem CPF. Seria necessário estudar uma forma alternativa para cadastrá-los.

Professor Gersem fala que sobre a questão orçamentária a solução seria colocar o orçamento na matriz da ANDIFES, mas seria necessário levar em conta diversidade pedagógica e orçamentária da educação indígena. Precisaria ter uma rubrica específica. Pois o orçamento via projeto sempre atrasa a liberação de verbas.

A Sra. Lucia traz informações sobre o orçamento da SECADI e informa que eles têm um orçamento muito maior para bolsas, do que para custeio. Nesse sentido, o Prof Gersem relata que na UFAM não há recurso pra custeio dos cursos, ou seja, para que sejam operacionalizados, mas há recursos para as bolsas dos estudantes. Considera uma incongruência, uma vez que os estudantes teriam bolsas para fazer o curso. Entretanto, o curso pode não ser realizado, pois não há orçamento para o custeio.

Dr. Fernando Merloto sugere que essa pauta seja acompanhada pela 6ª CCR por ser questão nacional.

Dr. Prola relata que é importante fazer um diagnóstico da questão orçamentária e do quantitativo dos estudantes vinculados aos programas nas Universidades Federais. O Prof. Gersem diz que já existem esses dados, mas a Lucia relata que há dúvida em relação a confiabilidade dos dados.

Dr. Prola questiona qual seria o dado importante que eles pediram para a ANDIFES e não obtiveram resposta e a Lúcia informa que é o registro do cursista no Censo de Educação Superior, que é diferente da matrícula do aluno na Universidade.

A Sra. Izabel sugere solicitar das IES os dados dos alunos com CPF e cruzar a tabela do Censo Escolar Superior.

A Sra. Lucia informa sobre um ranking de prioridades para políticas públicas na educação indígena definidas na II CNEEI. A questão mais importante no ranking é Concurso Público para professor indígena. O fortalecimento de projetos como o PROLIND e a ação “Saberes Indígenas na Escola” também está entre as primeiras do ranking.

Dr. Fernando Merloto relata que o ponto central da reunião seria conseguir as informações que a SECADI pediu à ANDIFES e SESU.

Prof. Teodora ressalta que além de conseguir os dados seria importante ter uma reunião com a SESU e ANDIFES. Eles foram convidados para essa reunião, mas não compareceram. Relata também que é importante garantir que o recurso para o financiamento dos cursos de 2018 não seja cortado, até a institucionalização dos cursos.

Dr. Prola sugere uma recomendação para a manutenção dos cursos desse ano. E pede que a SECADI informe o quantitativo de cursos que dependem de orçamento.

Prof. Tereza faz ponderações em relação à execução do orçamento. Explica que muitas vezes eles não são executados porque há atraso na descentralização e não há tempo hábil para execução.

A Sra. Izabel faz uma explicação sobre a diferença do orçamento que cai na matriz e sobre o orçamento que é descentralizado.

Prof. Gersem reforça que há um problema no repasse dos recursos descentralizados por projeto, pois eles têm um atraso muito grande. No entanto, a Lucia ressalta que muitas universidades precisam mandar um plano de trabalho para que o recurso seja liberado e muitas universidades também atrasam para enviar.

Dr. Prola faz a leitura dos trechos relacionados à Educação Indígena na carta feita na Reunião de Grupos de Trabalho e Planejamento Temático 2018 da 6ª CCR. Os participantes sugerem alguns ajustes no texto.

Prof Gersem discorre sobre a importância do concurso público para garantir a continuidade da educação indígena, pois existe retaliações de gestores municipais em razão da política. As condições das escolas indígenas são precárias. O sistema de ensino indígena está sendo impactado nos municípios. Aborda repensar o custo da educação indígena em razão da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-CHA-SC-00002891/2018 ATA**

Signatário(a): **CARLOS HUMBERTO PROLA JUNIOR**

Data e Hora: **07/05/2018 19:11:36**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JOSE GLADSTON VIANA CORREIA**

Data e Hora: **10/05/2018 15:22:49**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **FERNANDO MERLOTO SOAVE**

Data e Hora: **11/05/2018 10:40:44**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave DD4ABD66.73EFFCAC.16AC938F.CC56BF8F

Anexo ao Ofício nº 32/2017/DPECIRER/SECADI/SECADI-MEC

Assunto: Licenciaturas específicas para a formação de docentes indígenas

Nome da universidade:

Nome e cargo do responsável pelo preenchimento do formulário:

Contato do responsável pelo preenchimento do formulário

Telefone:

e-mail:

Nome do curso:

Código e-mec do curso:

1. A universidade recebeu pelo Reuni* vagas de docentes e técnicos para oferta de curso do Prolind?
Sim () Não ()

*Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

2. Se recebeu foram quantas vagas para
docentes: técnicos administrativos :

2.1. Se foi realizado concurso para provimento das vagas, informar a lotação desses profissionais.
docentes:

técnicos administrativos:

3. A universidade tem alojamento para os estudantes dos cursos Prolind?
Sim () Não ()

3.1. Se sim, quais as condições do alojamento?

4. Como os estudantes são registrados no censo da educação superior?
Programa especial () Licenciatura regular: ()

Outro (Qual?):

4.1. Se o curso não é mais cadastrado no censo como programa especial, informar em que ano foi realizada a mudança:

5. Informar o ato criação do curso pelo Conselho Universitário, incluindo atos que instituíram alterações no curso quando for o caso:

6. Informar os prazos normal e máximo para integralização curricular:
normal:

máximo:

7. Número de turmas em andamento:

10. Municípios onde ocorrem os tempos universidade e comunidade:

tempo universidade:

tempo comunidade:

11. Período em que se encontra cada turma:

12. Número de estudantes por turma e total de matriculados no primeiro semestre de 2017:

13. Número de concluintes por período de conclusão (semestre/ano):

14. Relação nominal com CPF dos estudantes com matrícula ativa.

nome	CPF	Ano/semestre de ingresso

LICENCIATURAS INTERCULTURAIS INDÍGENAS - 2018

Nº	IES	CURSISTAS	TURMAS	DURAÇÃO DO CURSO	PERÍODO EM QUE SE ENCONTRA(M) A(S) TURMA(S) COM MATRÍCULAS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO DO CURSO	OBSERVAÇÃO	FORMADOS EM 2017	TED - VALOR DESCENTRALIZADO EM 2017	VALOR A SER DESCENTRALIZADO EM 2018	VIGÊNCIA
1	UFAM / IFCHS	472	9 turmas: Turma Tukano 2014; Turma Baniwa 2014; Turma Nheengatu São Gabriel 2014; Turma Yanomami 2015; Turma Nheengatu Santa Isabel 2015; Turma Sateré-Mawé 2015; Turma Tukano 2016; Turma Baniwa 2016; Turma Nheengatu São Gabriel 2016; INGRESSO NO 2º SEMESTRE DE 120 DISCENTES CONFORME EDITAL PSSLUND 06/2018-UFAM: Turma Baniwa 2018/2º semestre (40 vagas); Turma Tukano 2018/2º semestre (40 vagas); Turma Nheengatu 2018/2º semestre (40 vagas).	4 anos e meio no mínimo	Turma Tukano 2014/1, 9º período, 39 cursistas Turma Baniwa 2014/1, 9º período, 40 cursistas Turma Nheengatu São Gabriel 2014/1, 9º período, 10 cursistas Turma Yanomami 2015/1, 7º e 8º períodos, 49 cursistas Turma Sateré-Mawé 2015/1, 7º e 8º períodos, 51 cursistas Turma Nheengatu Santa Isabel 2015/1, 7º e 8º períodos, 41 cursistas Turma Baniwa 2016/1, 4º e 5º períodos, 40 cursistas Turma Tukano 2016/1, 4º e 5º períodos, 41 cursistas Turma Nheengatu São Gabriel 2016/1, 4º e 5º períodos, 41 cursistas Turma Baniwa 2018/2, 1º período, previsão de 40 cursistas Turma Tukano 2018/2, 1º período, previsão de 40 cursistas Turma Nheengatu 2018/2, 1º período, previsão de 40 cursistas	Turma Tukano 2014/1, previsão de término 2018/2; Turma Baniwa 2014/1, previsão de término 2018/2; Turma Nheengatu São Gabriel 2014/1, previsão de término 2018/2; Turma Yanomami 2015/1, previsão de término 2019/1; Turma Sateré-Mawé 2015/1, previsão de término 2019/1; Turma Nheengatu Santa Isabel 2015/1, previsão de término 2019/1; Turma Baniwa 2016/1, previsão de término 2020/1; Turma Tukano 2016/1, previsão de término 2020/1; Turma Nheengatu São Gabriel 2016/1, previsão de término 2020/1; Turma Baniwa 2018/2, previsão de término em 2022/2; Turma Tukano 2018/2, previsão de término em 2022/2; Turma Nheengatu 2018/2, previsão de término em 2022/2.	1 período corresponde a 1 semestre	30 alunos da Turma Nheengatu São Gabriel 2014	5930 - R\$ 1.821.358,00		31/05/2018
	UFAM / FACED	354	7 turmas: Alto Rio Negro; Alto Solimões; Médio Solimões; Sateré Mawé; Munduruku (AM e PA); Lábrea; Manicoré	5 anos	Turma Sateré Mawé - 2011/1, finalizando o 10º módulo de defesa dos últimos TCCs, 33 cursistas Turma Munduruku - 2011/1, finalizando o 10º módulo de defesa dos últimos TCCs, 45 cursistas Turma Médio Solimões - 2013/1, 7º e 8º módulos, 58 cursistas Turma Alto Rio Negro - 2015/1, 5º e 6º módulos, 57 cursistas Turma Alto Solimões - 2015/1, 5º e 6º módulos, 58 cursistas Turma Lábrea - 2017/1, 2º e 3º módulos, 45 cursistas Turma Manicoré - 2017/1, 3º e 4º módulos, 58 cursistas	Turma Sateré Mawé - 2011/1, previsão de término em 2018/1; Turma Munduruku - 2011/1, previsão de término em 2018/1; Turma Médio Solimões - 2013/1, 7º previsão de término em 2019/1; Turma Alto Rio Negro - 2015/1, previsão de término em 2020/2; Turma Alto Solimões - 2015/1, previsão de término em 2021/1; Turma Lábrea - 2017/1, previsão de término em 2021/2; Turma Manicoré - 2017/1, previsão de término em 2021/2.		0	5944 - R\$ 1.815.227,00		30/6/2018
2	UFG	279	7 turmas	5 anos - mínimo; 7 anos - máximo	Turma 2012/1, 2 cursistas, 13º período; Turma 2013/1, 46 cursistas, 11º semestre; Turma 2014/1, 9º período, 57 cursistas; Turma 2015/1, 7º período, 59 cursistas; Turma 2016/1, 5º período, 35 cursistas; Turma 2017/1, 3º período, 40 cursistas; Turma 2018/1, 1º período, 40 cursistas.	Turma 2012/1, previsão de término 2018/1; Turma 2013/1, previsão de término 2018/1; Turma 2014/1, previsão de término 2018/2; Turma 2015/1, previsão de término 2019/2; Turma 2016/1, previsão de término 2020/2; Turma 2017/1, previsão de término 2021/2; Turma 2018/1, previsão de término 2022/2.	Período corresponde a 1 semestre	24	6088 - R\$ 984.597,00		VENCIDO
3	UFMG	136	4 turmas matriculadas e com curso em andamento: Ciências Sociais e Humanidades; Matemática; Ciências da Vida e da Natureza; Línguas, Artes e Literaturas	4 anos - 8 semestres	Turma Matemática - 2014/2, 8º período, 34 cursistas Turma Ciências da Vida e da Natureza - 2015/2, 6º período, 32 cursistas; Turma Línguas, Artes e Literaturas - 2016/2, 4º período, 35 cursistas; Turma Ciências Sociais e Humanidades - 2017/2, 2º período, 35 cursistas cursistas.	Turma Matemática - 2014/2, previsão de término em 2018/2; Turma Ciências da Vida e da Natureza - 2015/2, previsão de término 2019/1; Turma Línguas, Artes e Literaturas - 2016/2, previsão de término em 2020/1; Turma Ciências Sociais e Humanidades - 2017/2, previsão de término em 2021/1.	2 semestres no campus com duração de 5 semanas cada (abril/maio, agosto/setembro)	29 - Turma CSH	6019 - R\$ 229.696,58		31/7/2018
4	UFPE	148	3 turmas	4 anos	As 3 turmas iniciaram o curso em 2015/1	Previsão de conclusão para as três turmas é de 2018/1			6035 - R\$ 542.771,61	R\$ 82.482,00	31/7/2018
5	UFJF - PITACAJÁ	50	1 turma	10 semestres no mínimo	Turma Pitacajá - 2017/1, integrando o 1º semestre e iniciando o 2º semestre, 50 cursistas	Turma Pitacajá - 2017/1, previsão de término 2021/2			6002 - R\$ 277.547,00		31/12/2018
	UFJF - KUABA	135	1 turma		O aproveitamento da formação iniciada pela UECE não foi concluído. Turma Kuaba 2017/1 está integrando o primeiro semestre e iniciando o 2º, 135 cursistas	Turma Kuaba - 2017/1, previsão de término 2021/2			5990 - R\$ 742.787,00		31/12/2018

6	UFRR	419	13 turmas turmas iniciantes - Núcleo Básico 6 turmas nas Áreas de Habilitação 3 turmas concludentes, incluindo os remanescentes de turmas pretéritas	4	4 anos e meio	à detalhar		42	6185 - R\$ 863.018,54		31/7/2018
7	UFMS	91	1 turma	4 anos	Turma 2015/1, 91 cursistas, iniciando o 4º ano (2 módulos)	Turma 2015/1, com término previsto para 2018/2			5994 - R\$ 540.000,00		VENCIDO
8	UFGD	214	4 turmas	4 anos e meio	Turma 2011/1, retidos, 22 cursistas, 11º semestre; Turma 2013/1, 61 cursistas, 9º semestre; Turma 2015/1, 61 cursistas, 5º semestre; Turma 2017/1, 70 cursistas, 3º semestre.	Turma 2011/1, previsão de término em 2018/1; Turma 2013/1, previsão de término em 2018/1; Turma 2015/1, previsão de término em 2020/1; Turma 2017/1, previsão de término em 2021/1.		70	5311 - R\$ 542.409,08	R\$ 0,00	31/12/2018
9	UNIR	181	4 turmas	10 semestres - 5 anos	Turma C - 2011/1, 8º período, 1 cursista; Turma D - 2015/2, 6º período, 54 cursistas; Turma E - 2017/1, 3º período, 59 cursistas; Turma F - 2018/1, 1º período, 67 cursistas.	Turma C - 2011/1, previsão de término 2019/1; Turma D - 2015/2, previsão de término 2020/1; Turma E - 2017/1, previsão de término 2022/1; Turma F - 2018/1, previsão de término 2022/1.		0	5991 - R\$ 666.701,12		13/6/2018
10	UFES	68	1 turma - Guarani e Tupinikim	10 semestres - 5 anos	Turma 2015/2 com 68 cursistas finalizando o 3º módulo e iniciando o 4º	Turma 2015/2, previsão de término em 2020/2		0	5989 - R\$ 171.962,00		VENCIDO
11	UNIFAP	150 (2018/1) 120 (2018/2)	5 Turmas	4 anos	Turma 2013/2, 30 cursistas, 8º semestre; Turma 2014/2, 30 cursistas, 7º e 8º semestres; Turma 2015/2, 30 cursistas, 6º e 7º semestres; Turma 2017/1, 30 cursistas, 3º e 4º semestres; Turma 2018/1 - 30 cursistas, 1º e 2º semestres.	Turma 2013/2, previsão de término em 2018/1; Turma 2014/2, previsão de término em 2018/2; Turma 2015/2, previsão de término em 2019/2; Turma 2017/1, previsão de término em 2020/2; Turma 2018/1, previsão de término em 2021/2.	Etapas presenciais - TU - de 10 de janeiro a 16 de março e de 26 de junho a 10 de agosto. As etapas intermediárias - TC - são acompanhadas pelos docentes do Curso. Temos alunos remanescentes de anos anteriores que cursam alguma disciplina ou estão em orientação de TCC. Estes não estão computados nos 150 alunos regulares.	42	6009 - R\$ 774.590,00	R\$ 0,00	31/8/2018
12	UFSC	45	1 turma	4 anos, com início em 2016	Turma iniciou em 2016/1; 5º e 6º semestre	Previsão de término em 2019/2		0	6333 - R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	30/7/2018
13	FBA - PORTO SEGURO	80	2 turmas	4 anos no mínimo	Concluindo 1º semestre			0	6315 - R\$ 399.962,88		30/10/2018
14	UFAC	48	1 turma	4 anos	Turma 2017/1, com 48 cursistas, participará dos 3º e 4º semestres	Turma 2017/1, com previsão de término em 2020/2		0	R\$ 0,00		
CURSISTAS		2854						207	R\$ 10.645.140,00		

472
354
279
136
148
50
135
340
91
214
181
68
150
45
80
48
0
0
2791

380
354
279
136
151
50
135
340
96
214
181
68
142
45
80
48
0
0
2699

30
0
24
29
0
0
0
42
0
70
0
0
42
0
0
0
207

380
354
279
136
151
50
135
340
96
200
181
68
142
45
80
48
0
0
2685

472
354
279
136
151
50
135
340
91
214
181
68
142
45
80
48
0
0
2786

472
354
279
136
148
50
135
403
91
214
181
68
150
45
80
48

2854

Lucia Alberta Andrade De Oliveira

De: Susana Martelleti Grillo Guimaraes
Enviado em: quinta-feira, 22 de fevereiro de 2018 11:07
Para: Weber Gomes De Sousa; Rita Gomes do Nascimento; Rita Gomes do Nascimento; Irlane Maria Cavalcante Medeiros
Assunto: Cursos de Formação em Licenciaturas
Anexos: Relação IFES.Tabela PROCAMPO e PROLIND.xlsx

Prezado Weber, bom dia!

Conforme conversamos há pouco, segue a planilha com a identificação das IFES que desenvolvem cursos de Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO) e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND), programas de formação docente com propostas pedagógicas e curriculares específicas. Estes programas foram criados pela SECADI, respectivamente em 2006 e 2005.

Dado o tempo decorrido, precisamos saber como esses cursos são contemplados com recursos repassados pela SESu que contribuem para sua institucionalização, objetivo final da política de fomento da SECADI. Grata pela sua colaboração, Susana

Susana M. Grillo Guimarães

Assessoria

Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

Ministério da Educação

(61) 2022 9064

Região	UF	Instituição		Campus	Total de recursos Matriz OCC repassados em 2015 - R\$	Total de recursos Matriz OCC repassados em 2016 - R\$	Total de recursos Matriz OCC repassados em 2017 - R\$	Total de recursos Matriz OCC repassados em 2018 - R\$	Situação do Curso - Censo da Educação Superior
Centro-Oeste	GO	UFG	Universidade Federal de Goiás	Samambaia					Não consta do Censo
	MS	UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados	Dourados					227 matrículas
		UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Aquidauana					93 matrículas
Nordeste	PE	UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	Caruaru					148 matrículas
	CE	UFC	Universidade Federal do Ceará	Fortaleza					74 matrículas
	BA	IFBA	Instituto Federal da Bahia	Porto Seguro					154 matrículas
Norte	AP	UNIFAP	Universidade Federal do Amapá	Binacional do Oiapoque					200 matrículas
	AC	UFAC	Universidade Federal do Acre	Cruzeiro do Sul					50 matrículas - não indicadas no Censo de 2016
	RO	UNIR	Universidade Federal de Rondônia	Ji-Paraná					Não consta do Censo
		IFAM	Instituto Federal do Amazonas	São Gabriel da Cachoeira					42 matrículas

	AM	UFAM	Universidade Federal do Amazonas	Manaus - Faculdade de Educação					404 matrículas - Projeto Especial
				Manaus - Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais					381 matrículas - Projeto Especial
	RR	UFRR	Universidade Federal de Roraima	Paricarana					Não consta do Censo
Sudeste	ES	UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	Base Oceanográfica - Aracruz					70 matrículas - Programa Especial
	MG	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	Pampulha					163 matrículas
Sul	SC	UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	Trindade					45 matrículas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício Sede - 2º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: 2022-9217 e Fax: 2022-9018 - <http://www.mec.gov.br>

Ofício nº 32/2017/DPECIRER/SECADI/SECADI-MEC

Brasília, 13 de junho de 2017.

À Magnífica Reitora **Ângela Maria Paiva Cruz**, Presidente
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES
Telefone: (61) 3321-6341
E-mail: andifes@andifes.org.br
Endereço: Setor Comercial Sul (SCS)
Quadra 1, Bloco K, nº 30,
salas 801, 802, 803 e 804, 8º andar.
Edifício Denasa- Brasília/DF
CEP: 70398-900

Aos Magníficos Reitores e Magníficas Reitoras das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES

Assunto: Licenciaturas específicas para a formação de docentes indígenas

Referência: Caso responda a este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23000.024695/2017-77.

Senhores e Senhoras,

1. Em atenção ao Ofício nº 01/2017-GT PROLIND/PROCAMPO - ANDIFES, de 30 de maio de 2017, e em complemento ao Ofício-Circular nº 3/2017/DPECIRER/SECADI/SECADI-MEC, de 20 de abril de 2017, a Secretaria de Educação Superior, por intermédio de sua Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior – DIFES/SESu/MEC e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, por intermédio da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais – DPECIRER/SECADI/MEC, encaminham os esclarecimentos e orientações a seguir em relação aos cursos no âmbito do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – Prolind.
2. É reconhecida a importância da oferta da educação escolar indígena para as políticas educacionais no Brasil, sendo a formação de docentes indígenas uma dimensão imprescindível para a efetivação de tal oferta. Nesse sentido, é necessário que o Ministério da Educação e as IFES atuem na direção da institucionalização dos cursos de formação de docentes indígenas em nível de graduação, com a garantia efetiva de manutenção, considerando a especificidade da proposta pedagógica e a realidade geográfica dos povos indígenas.
3. Conforme exposto no Ofício-Circular nº 3/2017, o MEC vem mantendo o custeio para a manutenção dos cursos de formação de docentes indígenas em nível de graduação nos termos do Edital nº 2, de 27 de agosto de 2013 (publicado no DOU nº 167, quinta-feira, 29 de agosto de 2013, p. 81-82), com o apoio de propostas nos eixos temáticos: “I. Implantação e desenvolvimento de Cursos de Licenciaturas e de Pedagogia Interculturais para formação de professores indígenas em nível superior”; e “II. Elaboração de projetos de Cursos de Licenciaturas e de Pedagogia Interculturais específicos para formação de professores indígenas em nível superior”.

4. É importante ressaltar que o item 3, alínea m, do Edital nº 2/2013, estabeleceu como prioridade o apoio a propostas que demonstrassem "capacidade progressiva de financiamento e manutenção do curso com recursos próprios da instituição ou por meio de outras parcerias".

5. Sabe-se que as IFES com cursos destinados à formação de professores indígenas (licenciatura e pedagogia interculturais) estão em diferentes estágios no processo de institucionalização de tais ofertas no horizonte de seus cursos de graduação regulares e contínuos. Algumas já têm contabilizado o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes de tais cursos no cômputo da matriz de distribuição de recursos, quando da elaboração das propostas orçamentárias anuais. Entretanto, observa-se a necessidade de realização de estudos subsidiários que permitam a apuração do custo aluno equivalente de forma a contemplar as especificidades dos cursos em questão.

6. Um dos aspectos centrais diz respeito à utilização do regime de alternância entre tempo-universidade e tempo-comunidade como estratégia curricular que visa garantir o caráter intercultural e interdisciplinar dessas formações. A viabilização dos tempos educativos requer a atenção a diferentes aspectos como alimentação, alojamento e transporte para docentes, estudantes e técnicos, evidenciando a necessidade de redimensionamento do cálculo dos valores para o aluno equivalente desses cursos.

7. Nesse sentido, solicita-se à Andifes que, por meio de seu Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração – Forplad, promova estudos sobre o custo-aluno do Prolind, consideradas as características dessas ofertas, apresentando os resultados ao MEC para a análise e outras providências.

8. Na perspectiva da institucionalização das licenciaturas ofertadas no âmbito do Prolind, incluindo sua adequada incorporação ao orçamento das IFES, recomenda-se às IFES que, de acordo com o estágio de incorporação desses cursos à sua oferta regular:

a) promova a regulamentação interna dos cursos por meio de atos de seus conselhos, como a normatização do regime de alternância e das formas de assistência estudantil em outros aspectos;

b) o registro dos estudantes para efeitos do censo da educação superior realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep migre do status de “programas especiais” para curso regular;

c) o custo-aluno equivalente desses cursos seja discriminado na matriz Andifes.

9. Em qualquer circunstância, o coordenador do Prolind deve acompanhar a execução dos recursos destinados ao curso de modo a incluí-lo ao contexto das outras licenciaturas, ressaltando-se a importância de que as informações acerca das ofertas desses cursos sejam sistematizadas e socializadas nas instâncias responsáveis academicamente pelas ofertas de graduação da IFES.

10. Enfim, no sentido de subsidiar o Ministério com elementos que possam contribuir para o desenvolvimento de ações voltadas à sustentabilidade das ofertas do Prolind, solicita-se aos Reitores e às Reitoras que encaminhem, até o dia 23 de junho de 2017, para o e-mail diversidade@mec.gov.br, as informações requeridas na questionário anexo a este Ofício (SEI nº 0710099).

11. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários pelo e-mail diversidade@mec.gov.br, telefone: (61) 2022 2365.

Atenciosamente,

IVANA DE SIQUEIRA

Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

PAULO MONTEIRO VIEIRA BRAGA BARONE

Secretário de Educação Superior



Documento assinado eletronicamente por **Ivana de Siqueira, Secretário(a)**, em 14/06/2017, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0709708** e o código CRC **B3565F21**.
